

DOSSIÊ

**EDUCAÇÃO POLÍTICA E
JUVENTUDES:
POLÍTICA PÚBLICA
E PERCEPÇÃO DO PÚBLICO-
ALVO SOBRE O TEMA**

*POLITICAL EDUCATION AND YOUTH:
PUBLIC POLICY AND PERCEPTION OF THE
TARGET AUDIENCE ON THE SUBJECT*

Humberto Dantas* 

Ana Julia Bernardi** 

Jennifer Azambuja de Moraes*** 

* Fipe, Gestão Pública e FGV/SP, Administração Pública, São Paulo, SP, Brasil.

humberto.dantas@fipe.org.br

** Fipe, Gestão Pública, São Paulo, SP, Brasil.

ana.bernardi@fipe.org.br

*** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, RS, Brasil.

jennifer.amorais@gmail.com

RESUMO

O presente artigo busca adensar o debate sobre a importância de uma política pública de “educação cívica” ou “educação democrática”, algo que, a despeito das críticas e temores atuais, sempre esteve presente nas estratégias pedagógicas oficiais do Brasil República, e que responde aos preceitos mais elementares de democracia. A partir disso, primeiramente o trabalho se concentra em compreender a percepção dos jovens sobre a política e o papel da escola na sua formação em assuntos dessa natureza, por meio de revisão de estudos concentrados em tais temáticas. Em seguida, procura compreender, com base em survey de 2018 com estudantes do ensino médio de escolas públicas paulistanas, que permitiu a construção de um indicador de afeição desses jovens à democracia, quais variáveis independentes seriam capazes de caracterizar o interesse do público pelo tema, por meio do uso de método estatístico de regressão linear simples.

Palavras-chave: Educação Política; Juventude; Democracia; Políticas de Educação.

ABSTRACT

This article seeks to deepen the debate about the importance of a public policy of “civic education” or “democratic education”, something that, despite the current criticisms and fears, has always been present in the official pedagogical strategies of Brazil since becoming a republic, and that answers to the most elementary precepts of the concept of democracy. Based on this objective, the first focus is to understand what young people perceive about politics and about the role of the school in their education in matters of this nature through the review of studies about such themes. Furthermore, we seek to understand, based on a 2018 survey of high school students from public schools of São Paulo – which allowed the construction of an indicator of the affection of these young people to democracy – which social, economic and political variables would be able to characterize the interest of the public in the theme through the use of statistical method of simple linear regression.

Keywords: Political Education; Youth; Democracy; Education Policies.

INTRODUÇÃO

Demonstrações de insatisfação com o Estado e desqualificações da política e dos mecanismos de representação têm sido comuns no mundo desde a década de 90 do último século (CASTELLS, 2013; DAHL, 2001). No Brasil, isso não é diferente, e parte dessa indignação se mostra contra o que se chama de políticas de “educação para a democracia”, “educação cívica” ou “letramento político”.

Ribeiro (2016), por exemplo, indica que o movimento “Escola sem Partido” passa a existir em 2004 e amplia sua visibilidade em 2014. O que poderia ser o combate a algo “subversivo”, criado “pela esquerda”, resultando numa doutrinação ideológica por parte de professores a serviço do “comunismo”, na verdade ocupa a pauta das políticas públicas de educação faz décadas no Brasil.

Santos (2010) destaca a intenção de as políticas educacionais da recém proclamada República, nos fins do século XIX, constituírem formalmente a ideia de “pátria, nação e povo brasileiro” na produção de materiais didáticos. Em 2021, o autor reforça tal percepção ao afirmar que “[...] o pensamento republicano moderno [...] considerava que a construção do cidadão, da democracia e do homem republicano [...] exigiria um esforço educacional consistente” (SANTOS, 2021, p. 170).

A ideia de uma “educação política” simboliza pensamentos seculares sobre a noção de democracia. Diversos pensadores reforçam uma associação entre o funcionamento de regimes dessa natureza e a formalização de conteúdos educacionais. Desde clássicos da Grécia Antiga a autores atuais, simbolizados pela percepção de Bobbio (1986, p. 31) de que a “[...] educação política é uma das promessas não cumpridas da democracia”, se debate o desafio de educar para o exercício da política.

Entre uma educação para a democracia e o uso de conteúdos para reforçar regimes populistas, no entanto, parece haver linha tênue. A

ditadura militar que vigorou no Brasil a partir de 1964 é acusada de práticas doutrinárias a partir de conteúdos escolares de disciplinas como “Educação Moral e Cívica” e “Organização Social e Política Brasileira”. A estratégia não representava novidade: Neto (2013) indica que, durante a ditadura do Estado Novo, “[...] escolas e bibliotecas eram inundadas com folhetos e cartilhas verde-amarelas, em que sobressaíam mensagens ufanistas”. Ademais, o país imprimiu “[...] biografias edulcoradas do presidente da República, a maioria destinada ao público infantojuvenil” (NETO, 2013, p. 326).

Tais percepções contribuem para a compreensão da educação política no Brasil como política pública, algo descrito em perspectiva histórica por Freire (2018), Jardim (2018), Pellanda (2016) e Resende (2010). Diante do compromisso de demarcar a trajetória de tais conteúdos escolares, que serviram a diferentes regimes e foram vistos de distintas formas nas últimas décadas, restaria compreender que resistências, como a trazida pelo movimento “Escola sem Partido”, fariam parte dessa narrativa como algo associado ao ato político e ideológico.

Contudo, o que precisa ficar estabelecido é: do mesmo modo que a educação política pode subverter a democracia e beneficiar regimes autoritários, ela se estabelece como compromisso fundamental ao desenvolvimento democrático. A temática é tão relevante que a *International Association for the Evaluation of Educational Achievement* (IEA) organiza o *International Civic and Citizenship Education Study* (ICCS), cujo objetivo é dimensionar como programas básicos de educação, professores e estudantes de diferentes nações – dentre as quais o Brasil não está incluído – lidam com temáticas da cidadania em suas formações, atuações e desenvolvimentos pedagógicos (SCHULZ *et al.*, 2018).

O IEA coloca a educação cívica em condição de política pública. No caso do Brasil, a construção de conteúdos pedagógicos dessa natureza merece atenção: o que é “doutrinação oficial” e o que é “letramento

político”, como defende Cosson (2010) quando observa os desafios à “pedagogia da democracia”? As disciplinas dos períodos ditatoriais serviam a propósitos explícitos e pouco democráticos, os conteúdos da Primeira República eram ufanistas, mas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 explicitam parâmetros democráticos. No que diz respeito às competências a serem adquiridas pelos estudantes no ensino fundamental, é possível notar que os jovens devem:

Agir pessoalmente e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. Essa competência estabelece a necessidade de desenvolver na criança e no jovem a consciência de que eles podem ser agentes transformadores na construção de uma sociedade mais democrática, justa, solidária e sustentável. (BRASIL, 2018, p. 10).

Não é objetivo deste trabalho detalhar desafios pedagógicos ou aspectos filosóficos da relação entre democracia e educação política, tampouco investir na história dessa política no Brasil. Assim, em tempos recentes, é fato que a inclusão de conteúdos dessa natureza na formação dos brasileiros passa pelo desafio de construção de parte da sua política pública de educação. Santos (2018) busca compreender as dimensões do fortalecimento desses conteúdos, observando desafios à sua efetivação. Para o autor, é essencial, para além de proteger a escola contra os ataques desqualificadores e ideológicos contrários à democracia:

A construção de orientações curriculares explícitas destinadas a dar contorno às expectativas de aprendizagem e aos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais que devem ser mobilizados ao longo da educação básica para promover a aprendizagem e internalização dos valores democráticos e a compreensão profunda da democracia como regime de

organização da vida comum [...]; a construção e implementação de iniciativas abrangentes de formação de professores [...]; a produção de materiais didáticos voltados ao campo da educação política para a cidadania [...] a adoção de estratégias de indução curricular para que as escolas efetivamente incluam a educação política para a cidadania no campo prioritário de seus projetos políticos pedagógicos e organizem os tempos, espaços e interações do cotidiano escolar para movimentar essas aprendizagens. (SANTOS, 2018, p. 27-28).

Partindo desses aspectos basilares, o objetivo deste artigo é lançar luz sobre dois pontos relevantes à consolidação de ações de educação política no Brasil. Primeiramente compreender o quanto a sociedade, e especificamente o estudante, público-alvo de tais políticas, reconhece a temática como conteúdo essencial. Em seguida, a partir da construção de um indicador que se utiliza de *survey* com jovens paulistanos, dimensionar quais variáveis explicativas caracterizariam sujeitos interessados por conteúdos políticos.

O que se busca é adensar o debate sobre a “educação política” como política pública, compreendendo a relação do jovem com a temática e sua percepção sobre a democracia. Para tanto, este trabalho se divide em mais quatro partes além desta introdução. Na seção seguinte serão apresentadas as metodologias utilizadas no estudo. A seguir, serão revisitados indicadores e pesquisas que buscam compreender a visão do jovem sobre a política no Brasil. A partir de então, a pesquisa com jovens paulistanos servirá de base para a criação de um indicador de envolvimento político, cujas variações serão analisadas sob o comportamento de variáveis independentes. Aqui se partirá de duas hipóteses: a) os jovens demandam conteúdos de política nas escolas, reforçando a ideia de se pensar tal política pública de educação; e b) não existem características marcantes que expliquem variações no indicador criado nesse estudo. Por fim, tem-se as conclusões.

MÉTODOS UTILIZADOS PARA AS ANÁLISES

Este trabalho tem duas partes analíticas que demandam a descrição dos métodos utilizados. Na primeira delas, sem o objetivo de esgotar a discussão, é feita uma análise de estudos já existentes sobre a percepção do brasileiro sobre a política, com ênfase na posição de diferentes grupos de jovens acerca da temática. Em resumo, trata-se de uma revisão bibliográfica que se ocupa de entender a relação entre jovens, política, democracia e conteúdos escolares.

Na segunda parte, a utilização de método quantitativo associado à estatística descritiva busca compreender em que medida variáveis independentes comuns a *surveys* explicam variações de um indicador de envolvimento de estudantes de ensino médio com valores democráticos e com a política. A pesquisa foi realizada pela Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo em agosto de 2018. A capital paulista tinha, naquele ano, pouco menos de 298 mil matrículas de ensino médio regular público (INEP, 2019), e mais de 99% desse contingente estava concentrado na rede estadual. Complementarmente, 2.353 matrículas estavam nas oito escolas municipais de ensino médio, e foi para elas, à luz da realidade paulistana, que a pesquisa olhou. Ao todo foram coletados 2.317 questionários. Tais instrumentos eram compostos por 38 perguntas fechadas, algumas apresentadas em baterias que buscavam diversas informações. A aplicação do formulário se deu a partir: do treinamento de servidores da Escola do Parlamento; do alinhamento formal com a Secretaria Municipal de Educação; do agendamento com diretores das oito escolas a partir de comunicado do gabinete do secretário; de visita dos servidores do parlamento aos professores, os orientando à aplicação da pesquisa; e do autopreenchimento dos formulários por parte dos estudantes. Todas as turmas foram pesquisadas em todas as escolas, e no total foram obtidas 461 respostas de estudantes do primeiro ano, 961 do segundo, 850 do terceiro, e 25 do quarto – considerando que existiam matrículas em cursos técnicos.

Para este artigo, foram considerados inicialmente apenas os 1.895 questionários preenchidos por estudantes do ensino médio regular e, com base num processo de exclusão de formulários inconsistentes, que não estivessem ao menos 50% preenchidos, se chegou a 1.853 respostas – equivalente a 98% dos jovens do ensino médio regular e a 80% de todos os participantes do estudo.

A etapa seguinte às escolhas realizadas está associada à constituição do que se chamou de Índice de Democracia (ID). O método empregado é semelhante àquele utilizado por Martins Junior e Dantas (2004) para trabalhar com dados do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2002, ou por Dantas e Estramano (2015b) para analisar informações sobre jovens de ensino médio da Grande São Paulo. Foram combinadas variáveis do *survey* e cada uma que atendia ao critério estabelecido contabilizava um ponto ao respondente. São elas:

- a. Interesse por informação política: declarar que usa assiduamente quatro ou mais canais de informação em lista composta por telejornais, rádio, revistas impressas, YouTube, aulas, sites, redes sociais, eventos, conversas, jornais impressos pagos e jornais impressos gratuitos;
- b. Declarar desejo de obter, ou ter obtido, título de eleitor com menos de 18 anos;
- c. Afirmar que gosta de política diante da pergunta: “em relação à política você: a) não gosta e não precisa dela, b) não gosta, mas sabe da importância dela, c) gosta de política”;
- d. Declarar participação em ao menos um dos eventos sociopolíticos recentemente: passeatas, rolezinhos, abaixo-assinados, atividades no Legislativo ou ocupações de escolas;
- e. Ser filiado ou simpatizante de algum partido político;
- f. Indicar que concorda totalmente com sentença que indica serem “legítimas as manifestações de rua numa sociedade democrática”;

- g. Indicar que concorda totalmente com sentença que indica que “o voto tem poder de transformação em uma sociedade”;
- h. Indicar que concorda totalmente com duas sentenças associadas à importância da política como conteúdo escolar;
- i. Indicar que concorda totalmente com três sentenças associadas à ideia de que a participação direta de estudantes contribui para a melhoria da escola;
- j. Indicar que concorda totalmente com duas sentenças associadas à responsabilidade de cada indivíduo para a consolidação da democracia e à importância de participação ativa para o aprimoramento da sociedade.

A partir da construção do ID, que variava de 0 a 10 pontos, o objetivo foi compreender em que medida variáveis pessoais, sociais, políticas e econômicas independentes impactavam as variações do indicador. Para tanto, foram selecionados os seguintes marcadores:

- a. Gênero – masculino ou feminino;
- b. Idade – 14 a 18 anos;
- c. Cidade de origem – se nasceu na capital ou fora dela;
- d. Ano do ensino médio – do primeiro ao terceiro;
- e. Tipo de escola no ensino fundamental – privada, estadual ou municipal;
- f. Expectativa sobre mercado de trabalho ao término do ensino médio;
- g. Expectativa sobre educação ao término do ensino médio;
- h. Cor da pele – critério IBGE;
- i. Se mora com irmão(s), mãe e/ou pai;
- j. Quantidade de pessoas na casa;
- k. Escolaridade materna/paterna;
- l. Renda familiar em salários-mínimos;
- m. Possuir familiares filiados a partidos.

A partir dessas escolhas, para entender o impacto dessas variáveis no indicador, foi utilizado modelo de regressão linear simples (OLS). Seu principal intuito é definir uma relação linear entre a variável dependente – nesse caso o Índice de Democracia – e uma variável independente. O que é possível de se compreender a partir de então é a forma da relação existente entre tais variáveis e o grau dessa relação. Importante salientar que, com base no método adotado para a geração dos resultados, foram considerados 1.121 casos, total condizente com o volume de estudantes que respondeu todas as questões associadas aos marcadores acima.

PERCEPÇÕES DOS JOVENS BRASILEIROS SOBRE POLÍTICA – UMA REVISÃO

Existem estudos que buscam compreender a relação de jovens brasileiros com o universo político. Não é o intuito desse artigo esgotar essa discussão, mas é relevante analisar os principais trabalhos encontrados.

Em 2002, o CESOP-Unicamp lançou a primeira versão do Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb), uma ampla pesquisa que, com amostra nacional, buscou conhecer o que eleitores pensavam sobre política. A partir dos resultados, Martins Junior e Dantas (2004) propuseram um Índice de Alienação Política (IAP), concentrado em três blocos de questões associados à atuação democrática dos entrevistados: 1) quanto consumiam de informações sobre política; 2) quanto se envolviam em causas sociais; e 3) quanto se aproximavam dos partidos, campanhas e candidaturas. Cada variável contemplada no indicador valia um ponto, e os resultados variavam entre 0 e 19. Mais de dois terços dos brasileiros marcaram até seis pontos, sendo que, com 13 pontos ou mais foram registrados menos indivíduos do que com zero, enfatizando que 5% dos cidadãos disseram “não” para todas as perguntas selecionadas e simbolizaram o que os autores chamaram de “alienação política”.

No que diz respeito ao perfil desses cidadãos, se observou que, quanto maiores as pontuações obtidas, mais elevado o interesse pelo voto e o comparecimento às urnas. Sobre as características socioeconômicas que impactaram o IAP, a educação formal se destacou: “[...] para cada ano de escolaridade, espera-se que o índice suba” (MARTINS JÚNIOR e DANTAS, 2004, p. 284). Ademais, ser homem, fazer parte da população economicamente ativa (PEA) e ser mais velho impactaram positivamente o indicador, mas nada de forma significativa, como sugere-se que ocorrerá com os estudantes paulistanos em relação ao ID.

Especificamente olhando para a juventude brasileira, Pedreira (2015) promove a análise dos resultados da pesquisa “Sonho Brasileiro da Política”. Diante das jornadas de 2013, a autora se perguntava: “[...] movimentos só florescem no contexto de crises efêmeras [...] [bem como se] borbulham e desaparecem porque carecem de elementos fundamentais para se sustentarem?” (PEDREIRA, 2015, p. 115). Apesar de não ter respostas para tais preocupações, a pesquisa indica que o jovem demanda mais envolvimento e informações sobre política, entende que a escola tem papel definitivo nessa realidade e indica que novos movimentos da juventude são respostas a formas inovadoras de se fazer política no Brasil.

Dantas e Estramano (2015a) seguem direção semelhante ao analisar pesquisas com jovens paulistanos. Numa delas, realizada pela Fundação Escola de Sociologia e Política em 2014, o intuito era responder a duas perguntas: “qual o nível de confiança do jovem residente na cidade de São Paulo nas instituições públicas?”; e “qual o nível de participação política do jovem na cidade?”. Parte das conclusões indica que, apesar de ter participado intensamente das manifestações de 2013, o jovem não se envolvia formalmente “em” e “com” instituições políticas “típicas”, destacando que os movimentos daquele ano eram notadamente antipartidários e contrários às instituições formais relacionadas à política.

Olhando especificamente para estudantes do Ensino Médio atendidos por cursos livres de Iniciação Política da Fundação Konrad Adenauer nas periferias de São Paulo, Dantas e Estramano (2015b) sugeriram indicador denominado “Índice de Envolvimento Político” (IEP) composto por dez variáveis – algo semelhante ao que se propõe aqui com o ID. Com base em dados colhidos em 2011, cada resposta condizente à lógica democrática gerava um ponto. Numa escala de 0 a 10, mais de 85% dos alunos marcaram entre quatro e sete pontos, e os autores perceberam que a idade tinha impacto sobre a pontuação: “[...] a política tende a se tornar assunto interessante na medida em que os jovens amadurecem” (DANTAS e ESTRAMANO, 2015b, p. 24-25) no processo escolar – algo que Dantas e Caruso (2011) já apontavam comparando a percepção de estudantes do Ensino Fundamental com aqueles de Ensino Médio em suas sensações sobre política.

A exemplo da lógica etária, Dantas e Estramano (2015b) indicaram que o gênero também impactava, e quanto mais elevada a pontuação no indicador, maior a presença feminina – diferentemente do que Martins Junior e Dantas (2004) encontraram na população como um todo em 2002. Por fim, os autores notaram que quanto mais intenso o envolvimento com a política, maior a percepção da importância dos partidos e da existência de políticos que não são corruptos, e mais relevante o interesse pelo título de eleitor antes dos 18 anos.

Ainda utilizando os dados colhidos nos cursos da Fundação Konrad Adenauer, é de Dantas e diferentes coautores um conjunto de análises sobre o que estudantes do ensino médio pensam sobre política na Grande São Paulo (DANTAS, 2016) e em perspectiva comparada a tantas outras realidades. Em Dantas *et al.* (2019), dados paulistanos foram comparados com questionários aplicados em escolas públicas de Belém e Macapá em 2016. Nota-se que:

[...] em geral, [os jovens] têm percepções semelhantes em relação à política. Mesclam o afastamento bastante presente

no senso comum, e na sociedade em geral, com crenças mais consolidadas em torno de instrumentos essenciais da democracia. Concordam que devem participar mais, que precisam se aproximar, mas parecem carecer daquilo com o que concordam: a educação política deve estar presente nas escolas. (DANTAS *et al.*, 2019, p. 129).

Tais percepções se aproximam das conclusões de Baquero e Morais (2018) acerca da convivência da retórica e da falta de ação, ou pelo menos de uma incapacidade de agir de maneira mais ostensiva. Dantas e Lamari (2019), por sua vez, comparam a percepção sobre política de jovens de ensino médio da rede pública de São Paulo, capital, com Itapevi-SP, cidade da região metropolitana, e concluem que, com raras exceções, o olhar sobre política desses dois grupos está muito próximo. Ademais, destacam “[...] a percepção de que jovens têm interesse por política, percebem alguns valores relevantes à democracia e entendem que a escola seja o local para tais temáticas serem ensinadas” (DANTAS e LAMARI, 2019, p. 105). Conclusões semelhantes foram obtidas por Dantas, Nascimento e Silva (2016) ao comparar jovens de Araraquara, interior de São Paulo, e Suzano-SP, região metropolitana da capital. Caminham no mesmo sentido os achados de Dantas (2018), que compara pesquisas com estudantes de ensino médio paulistanos matriculados em escolas estaduais e municipais, sem notar diferenças significativas entre tais grupos.

Por sua vez, buscando compreender o que chamou de “perfil político do jovem” de escolas de ensino médio de Belo Horizonte-MG em 2008, Fuks (2012) avaliou três padrões capazes de caracterizar o estudante com base em “conhecimento político”, “participação política” e “atitudes políticas”, destacando que “[...] o tipo de escola e o interesse por política são fatores que têm, em geral, papel ativo e a classe social e a escolaridade dos pais estão, com frequência, na origem desse processo” (FUKS, 2012, p. 98). O objetivo do autor era compreender, a partir do reconhecimento de que a família e

a escola são “ambientes definidores” do perfil político dos jovens, em que medida a interação entre fatores influencia esse sujeito-estudante. Fuks (2012, p. 101) conclui que, a despeito de os ambientes familiar e escolar “[...] serem os principais meios de transmissão das três dimensões do perfil político” dos jovens, “[...] eles afetam cada uma dessas dimensões mediante mecanismos distintos”. Ou seja, as expressões “cognitiva, comportamental e atitudinal” são impactadas de diferentes maneiras, e, de acordo com o autor, a ampliação da amostra da pesquisa, assim como outros olhares sobre tais realidades, traria novos achados.

Ainda no que diz respeito às percepções de estudantes do ensino médio sobre a democracia, González, Morais e Bernardi (2020) indicam que existe perigosa degradação da visão dos jovens sobre o tema entre 2015 e 2019, de acordo com dados obtidos junto a estudantes porto-alegrenses. A pesquisa “[...] indica preocupação com grandes níveis de apatia combinados com graus relativamente elevados de intolerância e um predomínio do uso das redes sociais sem uma preocupação primária da veracidade de suas informações” (GONZÁLEZ, MORAIS e BERNARDI, 2020, p. 2-3). A despeito de tais percepções, o levantamento indica pontos de afeição do jovem à política, destacando que a internet adquire peso crescente na formação da cultura política dessa geração, o que não parece combinar com aspectos democráticos elementares. Baquero e Morais (2018), por sua vez, indicam, com base em pesquisa de 2015 com estudantes do ensino médio nas três capitais sulistas do país, que:

O engajamento dos jovens cidadãos com a política continua a ser reduzido e o apoio a princípios democráticos se localiza mais na retórica que na prática [...]. Em síntese, a cultura política juvenil contemporânea está caracterizada por sentimentos de frustração, indignação, desconfiança generalizada e incerteza sobre o futuro. (BAQUERO e MORAIS, 2018, p. 51).

Com base nos esforços para compreender padrões de relação com a política a partir das citadas pesquisas com estudantes sulistas, Zorzi (2018) procura diferenças entre instituições públicas e privadas. O autor estabelece um Índice de Competência Cívica com duas dimensões – afetiva e cognitiva – e apresenta variáveis com base no *survey*. Ao todo, foram entrevistados 737 estudantes de escolas públicas e 571 de entidades privadas entre 2015 e 2016. Em resultados que variam de 0 a 1, a média das escolas públicas fica em 0,54, contra 0,65 nas privadas. Segundo o autor: “[...] os jovens das escolas privadas superam os jovens das escolas públicas em todas as [17] variáveis de competência utilizadas para análise” (ZORZI, 2018, p. 158). Ademais, com base em exercícios estatísticos, Zorzi conclui que os “modelos de escola” potencializam “os jovens de maneiras diferentes” em relação a questões políticas. Enquanto nas públicas parece se reproduzir a cultura política existente, nas escolas particulares forma-se cidadãos aparentemente mais empoderados, por meio de “incentivos afetivos e cognitivos” capazes de os “potencializarem como atores com influência positiva da democracia” (ZORZI, 2018, p. 158).

Por fim, Forlini (2015) indica, em levantamento qualitativo com jovens do ensino médio de Araraquara-SP, que a juventude se interessa por política, tem apego a valores democráticos, reconhece a importância do tema, entende que precisa de conhecimento formal, indica a escola como local de disseminação desses conteúdos e se mostra pouco ativa diante da realidade. Aqui, mais uma vez, parece prevalecer a distância entre a existência da retórica e a ausência da ação (MORAIS e BAQUERO, 2018).

Observar os resultados desses autores sugere que “[...] os valores destas gerações, seja transmitido pela família ou pela escola, já apresentavam cultura política caracterizada pela apatia, desconfiança e baixa

participação” (GONZÁLEZ, MORAIS e BERNARDI, 2020, p. 2), mas ainda assim é possível afirmar um aparente interesse por parte da juventude em relação ao tema e um imaginado protagonismo desses agentes na construção de uma lógica democrática. Ademais, é fato que as pesquisas apresentadas por Dantas, bem como os achados de Pedreira ou de Forlini, indicam reconhecimento dos estudantes da importância desses conteúdos na escola, reconhecendo carecerem de tais informações.

A questão, assim, é compreender como essas temáticas devem ser desenvolvidas enquanto políticas públicas, bem como em que medida são reconhecidas como conteúdos basilares à cidadania. Restaria, para a conclusão dessa parte, perguntar: a política tem que estar formalmente nas fileiras escolares como disciplina ou seus conteúdos devem aparecer transversalmente na formação? Estramanno (2016) elenca desafios temáticos sobre a política nas matrizes escolares, e não vê necessidade de uma disciplina formal no currículo, por exemplo. Adicionalmente, e de forma mais ampla, tais aspectos estão debatidos no relatório de 2016 do *International Civic and Citizenship Education Study* (ICCS) (Schulz et al., 2018), que busca compreender habilidades atreladas à cidadania entre estudantes de diferentes países. O Brasil, como observado, nunca participou das amostras de tal estudo, mas é possível verificar que a preocupação em saber o quanto as nações são capazes de formar cidadãos a partir das escolas tem perspectiva internacional.

A partir dessa necessidade de se consolidar uma política de “educação política”, é possível concluir, preliminarmente, que as parcelas pesquisadas das juventudes entendem a importância do tema e se afeiçoam, mesmo que retoricamente, a valores democráticos. Ademais, reconhecem a escola como espaço de obtenção de conhecimentos formais sobre o assunto, sendo necessário considerar a preocupante “institucionalização” (BAQUERO e MORAIS, 2018) de uma intolerância política e de apatia política. Por fim, é relevante considerar o impacto da família e da escola na constituição das percepções de estudantes sobre a democracia. O convívio desse processo de

formação com valores negativos sobre política cristalizados entre os mais velhos teria impacto sobre a visão dos jovens.

O ÍNDICE DE DEMOCRACIA (ID) E A RELAÇÃO DO JOVEM COM A POLÍTICA

Diante desse contexto, o segundo objetivo deste artigo é explorar dados de pesquisa realizada em agosto de 2018 nas oito escolas municipais de ensino médio de São Paulo. Nesse trabalho, em especial, não há o intuito de entender o que esses jovens pensam sobre política e como se posicionam a respeito de diversos aspectos da democracia, algo que tem sido feito em artigos já analisados na seção anterior.

O intuito principal é compreender, com base no Índice de Democracia, quais variáveis independentes explicam oscilações no indicador. Partindo-se de estudos semelhantes, estabelece-se a hipótese de que não existem variáveis que carreguem peso significativo para justificar com ênfase as alterações do ID. Isso se mostrou assim em Martins Junior e Dantas (2004), Dantas e Estramanho (2015b), Fuks (2012) e Zorzi (2018). No primeiro caso, o gênero, a escolaridade e a idade foram marcadores discretos de diferenças. No segundo estudo, o gênero e o ano de estada no ensino médio apareceram com alguma influência. Já no terceiro, a classe social e a escolaridade dos pais se destacaram. Por fim, no quarto trabalho, o tipo de escola pesou – pública ou privada. Nada, no entanto, foi capaz de ofertar aos pesquisadores posições conclusivas absolutas.

A partir disso, para contribuir com o debate, o intuito aqui é observar características que expliquem a relação dos jovens com a política, mesmo se imaginando que o indicador construído não será percebido em suas variações por características pessoais, familiares, sociais e econômicas. Não se defende aqui que o apreço pela política seja algo aleatório, mas sim será reforçada a percepção de se tratar de fenômeno complexo que se expressa de diferentes maneiras e por distintas

razões que não parecem reagir de forma organizada a um conjunto de variáveis independentes.

O público pesquisado nas escolas paulistanas municipais pode ser resumidamente caracterizado da seguinte forma: 51% de homens e 49% de mulheres; média etária de 16,5 anos; 93% naturais de São Paulo, capital; 315 matriculados no primeiro ano, 815 no segundo, e 723 no terceiro; mais de 60% cursaram o ciclo II do ensino fundamental em escolas municipais, outros 27% em instituições estaduais; 38% se declaram pardos, 20% pretos, e 37% brancos, seguindo critérios do IBGE; 25% se dizem católicos, 27% sem religião, e 26% evangélicos; 40% moram com pai, mãe e irmão(s), 49% vivem com o pai e a mãe sem coabitação com irmãos, e 80% vivem com a mãe, sem coabitação com pai e irmãos, sendo que nas casas desses estudantes moram em média 4,5 pessoas; 52% das mães têm ao menos o ensino médio completo, com 16% apresentando superior completo; 41% dos pais completaram ao menos o ensino médio, sendo que 10% terminaram a faculdade; mais de um quarto trabalha (26%) e outros 51% procuravam emprego; quando terminassem o ensino médio, 64% iriam procurar ocupação profissional, 67% indicaram que cursariam uma faculdade, e apenas 1,5% indicaram que não desejavam trabalhar, tampouco estudar imediatamente após essa fase da educação. Por fim, 69% têm renda familiar entre mais de um salário-mínimo e menos de cinco salários-mínimos.

Feitas as caracterizações do público, seguiu-se a aferição do indicador. O Índice de Democracia, que varia de 0 a 10 pontos, encontrou um pouco menos de 15% dos participantes que não marcaram um ponto sequer. Tendo por base as onze pontuações possíveis associadas ao ID, 78% se situaram nos quatro resultados mais baixos, entre 0 e 3 pontos; 20% ficaram nas três posições intermediárias, de 4 a 6 pontos; e apenas 2% se situaram nas posições mais elevadas, entre 7 e 10 pontos.

A distribuição dos resultados se assemelha àquela obtida por Martins Junior e Dantas (2004), com base no estudo da Unicamp de 2002 – a despeito de

as variáveis e o instrumento de coleta serem muito diferentes, assim como o público-alvo. Ainda assim, a título de percepção, os resultados negativos colhidos por Zorzi (2018) também não parecem muito diferentes do que se observa na Tabela 1 sobre os jovens paulistanos.

Tabela 1. Índice de Democracia (ID):
estudantes de escolas públicas paulistanas de ensino médio

Pontuação	Total de estudantes	% sobre o total	% acumulado
0	268	14,46%	14,46%
1	419	22,61%	37,08%
2	418	22,56%	59,63%
3	340	18,35%	77,98%
4	197	10,63%	88,61%
5	106	5,72%	94,33%
6	64	3,45%	97,79%
7	30	1,62%	99,41%
8	7	0,38%	99,78%
9	3	0,16%	99,95%
10	1	0,05%	100,00%

Fonte: Escola do Parlamento de São Paulo-SP – tabulações para esta pesquisa.

Tendo em vista a distribuição dos estudantes de acordo com os resultados do ID, o objetivo principal é entender a influência de variáveis explicativas nas oscilações percebidas. Com base na utilização de instrumento de regressão linear simples, os resultados apresentados na Tabela 2 estão associados a um tipo padrão de estudante, desenhado a partir da ideia de se tratar de um menino, com 14 anos, autodeclarado preto, natural de São Paulo-SP, matriculado no primeiro ano, que cursou escola estadual no ensino fundamental e que, ao término do ensino médio, pensa em procurar emprego, bem como deseja cursar faculdade, mora com mãe, pai e algum irmão, seus pai e mãe têm ensino fundamental incompleto, e declara possuir familiar filiado a um partido político.

Ademais, testou-se o que significaria o impacto de cada pessoa a mais que o estudante diz morar na casa onde vive, ou seja, se procurou entender o que ocorre cada vez que se adiciona uma pessoa na casa em relação ao Índice de Democracia. Por fim, em relação à renda familiar, com base no valor médio de cada alternativa da pesquisa, tratou-se de entender o que o incremento de uma categoria superior de renda impactava no indicador.

É em relação a esse “estudante padrão” que será possível verificar em que medida as variáveis selecionadas explicam as oscilações de ID. Assim, por exemplo: partindo da ideia de que o padrão estabelecido é o masculino, o que ocorre com o indicador se tivermos uma estudante mulher? Tendo em vista que o jovem tem 14 anos, o que ocorre quando se incrementa um ano de vida? E assim por diante. Em resumo: o método busca dimensionar o quanto as mudanças nas variáveis impactam os resultados do ID. Em relação ao gênero, por exemplo, os achados indicam variação mínima negativa de 0,03 ponto, e isso não tem significância alguma, dado que p-valor é inferior a 5%.

Com base nos resultados colhidos na regressão, nota-se, com raras exceções, que não existe variável capaz de alterar a pontuação do indicador em meio ponto, por exemplo, a cada mudança de característica do indivíduo. Ademais, na última coluna, raros são os resultados com p-valor de 5%, ou seja, estatisticamente significativo.

Assim, o indicador tem alteração relevante, e a variável apresenta alguma significância em apenas duas características. A primeira está associada à ideia de não ser natural de São Paulo, e aqui o indicador tem incremento de praticamente meio ponto. Em se tratando de algo que varia de 0 a 10, é razoável partir da ideia de que ser de fora da cidade significa algo. Na segunda o impacto é mais relevante: quando assume que o respondente tem familiar filiado a um partido político, a despeito de qual seja, o indicador avança quase um ponto em relação àqueles que não sabem ou afirmam que não têm familiares nessa condição. Essa é a característica mais significativa em relação ao ID. Aspectos típicos como escolaridade dos pais, formato da família, ano

em que está na escola, renda, cor da pele, gênero etc. colaboram muito pouco, e com baixa significância sobre o fenômeno.

Tabela 2. Impacto das variáveis independentes sobre as variações do Índice de Democracia com base em regressão linear simples

Característica	Coefficiente	Erro Padrão	t	P> t
Sexo – masculino				
Feminino	-.0309258	.1125027	-0.27	0.783
Idade – 14 anos				
15	-.0142512	.8122639	-0.02	0.986
16	-.1406677	.8150021	-0.17	0.863
17	-.0017458	.8195279	-0.00	0.998
18	-.3086938	.8388448	-0.37	0.713
Cor – preta				
Branca	.2141087	.3488649	0.61	0.540
Parda	-.0101301	.500699	-0.02	0.984
Amarela	.2426208	.3483959	0.70	0.486
Indígena	.2999879	.3602208	0.83	0.405
Cidade de origem – São Paulo				
Fora SP	.4558997	.2401103	1.90	0.058
Ano no Ensino Médio – 1º				
2º	.2159074	.1795611	1.20	0.229
3º	.2408949	.2047072	1.18	0.240
Origem escolar – Escola Estadual				
Municipal	-.1223691	.1250255	-0.98	0.328
Particular	-.0847837	.1901987	-0.45	0.656
Desejo mercado – procurar trabalho				
Continuar trabalhando	.1443433	.1275504	1.13	0.258
Não pretende trabalhar	-.1180168	.1822943	-0.65	0.518
Desejo estudo – cursar faculdade				

... continuação Tabela 2

Curso técnico	-.0947243	.1304861	-0.73	0.468
Não pretende estudar	-.1241966	.2370741	-0.52	0.600
SIM, mora com irmão(s)				
Não mora com irmão(s)	-.1796999	.1343957	-1.34	0.181
SIM, mora com mãe				
Não mora com mãe	.0865341	.1578226	0.55	0.584
SIM, mora com pai				
Não mora com pai	-.1388717	.1208866	-1.15	0.251
Renda Familiar	-.0344996	.0629742	-0.55	0.584
Total de pessoas na casa	.0167448	.0384032	0.44	0.663
Familiar filiado a partido				
Não	-.9758086	.2262739	-4.31	0.000
Não sabe se tem	-.9395396	.2437788	-3.85	0.000
Escolaridade materna – fundamental incompleto				
Fundamental completo	.2342642	.2367924	0.99	0.323
Médio incompleto	.3778447	.2002503	1.89	0.059
Médio completo	.1466677	.168	0.87	0.383
Superior incompleto	-.4253234	.2487643	-1.71	0.088
Superior completo	-.0434447	.2252326	-0.19	0.847
Pós-graduação	.1550956	.2812401	0.55	0.581
Escolaridade paterna – fundamental incompleto				
Fundamental completo	-.1513302	.2213028	-0.68	0.494
Médio incompleto	-.1550752	.186226	-0.83	0.405
Médio completo	-.0226304	.1578684	-0.14	0.886
Superior incompleto	.1064909	.2401811	0.44	0.658
Superior completo	-.0368919	.2410307	-0.15	0.878
Pós-graduação	-.1821392	.3115676	-0.58	0.559

Fonte: Escola do Parlamento de São Paulo-SP – tabulações para esta pesquisa.

Com base em tal percepção, parece razoável tentar entender o que caracteriza os jovens que afirmam ter familiares filiados a partidos. Em média eles marcaram 3,5 pontos dos 10 possíveis no ID, contra 2,5 pontos dos demais. No entanto, as diferenças entre esses dois grupos são discretas. Média de idade, gênero, quantidade de pessoas morando na mesma casa, ano em que se encontra no ensino médio têm variações mínimas. O que parece diferenciar esses estudantes é: um percentual discretamente superior de brancos; renda familiar pouco mais elevada; escolaridade materna levemente mais alta e paterna levemente mais baixa. Tudo isso de forma discreta, o que significa dizer, em síntese, que não foi possível enxergar, a partir do ID, características marcantes que expliquem variações no envolvimento e valorização da política por parte desse grupo de estudantes de ensino médio. Assim, o que a regressão aponta é que a reconhecida aproximação familiar a partidos é o que mais pesa nas variações do indicador. Fuks (2012) indica a influência da família na percepção política dos jovens, o que pode ser em parte mostrado por este achado, mas, a exemplo do que o autor, bem como Zorzi (2018), verifica, é a necessidade de um estudo mais amplo que, no caso em especial da pesquisa aqui utilizada, vá além das oito escolas de ensino médio da Prefeitura paulistana.

CONCLUSÕES

Os resultados obtidos para o Índice de Democracia, constituído a partir de pesquisa com jovens de ensino médio de escolas públicas da Prefeitura de São Paulo, não tiveram suas oscilações explicadas por parte expressiva das variáveis independentes utilizadas. Tal achado, que se aproxima da hipótese lançada inicialmente, e parece alinhado com outros estudos, não invalida os esforços empreendidos. O que é importante apreender dessa realidade está associado a quanto outros elementos do cotidiano seriam capazes de explicar a relação dos jovens

com a política. O indicador constituído, inclusive, precisa ser percebido em algo mais amplo: em geral os jovens não parecem afeiçoados ao assunto – e esse ponto divide autores e seus achados.

Isso porque, nesse caso, pouco menos de 80% de todo o universo marcou entre 0 e 3 pontos num índice que vai até 10. Encontrar algo capaz de explicar variações expressivas nesse indicador estava no campo da exceção, e foi simbolizado pela origem em outra cidade e, mais fortemente, pela existência de familiares filiados a partidos políticos. Se desconsiderarmos esses dois marcadores, será possível afirmar que a afeição do jovem pela política, ao menos desse grupo tomado para o estudo, não tem relação com as características selecionadas.

A partir de tais conclusões, se fortalecem os estudos de Fuks (2012) e Zorzi (2018), que buscaram compreender a lógica da política na vida dos jovens a partir de conceitos mais complexos e com base em diferentes percepções atreladas a distintos fenômenos, etapas de vida e olhares. Mas, tendo em vista os achados a partir da formulação do ID, o que seria possível pensar em termos de políticas públicas? A pesquisa mostrou um resultado aquém do desejado em termos de afeição a aspectos democráticos; no entanto, mesmo que de forma retórica, como sugeriram Baquero e Morais (2018), os estudantes reconhecem a importância de características associadas à democracia e entendem a escola como espaço de formação política. Isso reforça o que Dantas, em diferentes estudos, bem como Pedreira (2015) e Forlini (2015), apontam.

Observando separadamente as respostas dos 2.317 estudantes da pesquisa, não parece possível desprezar que: 73% concordam com o acesso do jovem de 16 anos às urnas; 74% entendem o voto como um direito, e não como obrigação; e que é de 74% o grau de concordância com a sentença “a educação política deve estar presente nas escolas”, bem como que é de 76% a percepção de que o “voto tem poder de transformação”, e de 68% a aceitação da ideia de que “é necessário aprender política na escola”. Mesmo que isso seja retórico, não se pode

desprezar tais resultados, assim como não se pode menosprezar o fato de que há 65% ou mais de concordância com as frases “justiça privilegia os políticos”, “a corrupção é o maior problema do país”, “a política está distante dos jovens” e “a mulher é discriminada na política”.

Tais pontos desafiam a democracia, e isso está em jogo num debate dessa natureza. Os resultados, assim, parecem se aproximar de percepções associadas a uma crise democrática – algo que não se aprofundará aqui. Mas que se destaque: indicadores preocupados com a democracia no Brasil mostram retrocessos recentes em sua qualidade, na percepção de aumento da corrupção e na escalada da violência. A confiança nas instituições formais, e principalmente na política, atinge níveis baixos e alarmantes (FERNANDEZ e TESTA, 2021), e tais fenômenos podem estar associados à incapacidade de se educar a sociedade para o exercício democrático.

Assim, as políticas públicas de educação devem contemplar o desafio de incluir em seus conteúdos e práticas o universo da democracia e da política. O que este estudo buscou reforçar é o reconhecimento dos jovens em relação a isso, bem como buscou encontrar o impacto de variáveis explicativas no envolvimento ou percepção democrática de estudantes. Essa é a lacuna que ainda merece atenção: a amostra restrita a estudantes de poucas escolas municipais levou a conclusões semelhantes àsquelas de Fuks (2012) sobre a importância de aprofundamentos dessas pesquisas. O desafio é enfrentado por Morais, Baquero, Zorzi e outros pesquisadores na região sul do Brasil, ampliando o total de cidades e diversificando o perfil dos estudantes, assim como por Dantas e coautores, que comparam percepções em distintas realidades municipais. No entanto, é fato que conhecer como pensam esses agentes por meio de uma pesquisa nacional e padronizada contribuiria para reforçar o desenho de uma política pública de educação política para a democracia, bem como para enfrentar o desafio de se conhecer o que os mais jovens pensam sobre a temática.

SOBRE OS AUTORES

Humberto Dantas: Cientista social, mestre e doutor em Ciência Política pela USP, e pós-doutor em Administração Pública pela FGV-SP. Coordenador do curso de graduação em Gestão Pública da FipeEES, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas em Administração Pública, tendo a educação política como tema de sua pesquisa, e coordenador da pós-graduação em Ciência Política da FESPSP.

Ana Julia Bernardi: Doutora e mestra em Ciência Política pela UFRGS, professora visitante na pós-graduação de Ciência Política da FESPSP, professora na graduação em Gestão Pública na FipeEES. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (Nupesal-UFRGS). Bacharela em Relações Internacionais (ESPM, 2013) e em Políticas Públicas (UFRGS-2019). Diretora de projetos do Instituto Democracia em Xeque. Atua como pesquisadora e consultora em temáticas relacionadas à educação política, políticas públicas, educação midiática, combate à desinformação, projetos sociais e juventude(s).

Jennifer Morais: Doutora em Ciência Política pela UFRGS. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (NUPESAL) e editora assistente da Revista Debates..

REFERÊNCIAS

1. BAQUERO, Marcello; MORAIS, Jennifer. Está em andamento a construção de uma nova cultura política juvenil? In: BAQUERO, Marcello (Org.). *A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil*. Porto Alegre: Escritos, 2018. p. 15-56.
2. BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
3. BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 19 jul. 2023.
4. BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 19 jul. 2023.
5. CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
6. COSSON, Rildo. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. *Cadernos Adenauer*, v. 11, n. 3, 2010.
7. DAHL, Robert. *Sobre a democracia*. Brasília: UNB, 2001.
8. DANTAS, Humberto. Escolas municipais e escolas estaduais – essa variável pesa na percepção sobre política de jovens da Grande São Paulo? *Revista Parlamento e Sociedade*, v. 6, n. 11, 2018. Disponível em: <https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/article/view/147>. Acesso em: 19 jul. 2023.
9. DANTAS, Humberto. Educação política nas periferias da Grande São Paulo: percepções com base na posição de jovens de 15 a 18 anos em 2015. *Cadernos Adenauer*, v. 17, n. 1, 2016.
10. DANTAS, Humberto; CARUSO, Vinicius. Politização nas escolas: o quanto os jovens compreendem essa demanda. *Revista E-Legis*, v. 4, n. 7, 2011. DOI <https://doi.org/10.51206/e-legis.v7i7.82>
11. DANTAS, Humberto; ESTRAMANHO, Rodrigo. Como a juventude se relaciona com a democracia: compreensões com base em pesquisas. *Cadernos Adenauer*, v. 16, n. 1, 2015a. Disponível em: https://www.kas.de/documents/265553/265602/7_file_storage_file_16491_5.pdf/e8f8f97d-4889-8ab1-b944-58c51ae3cff4. Acesso em: 19 jul. 2023.
12. DANTAS, Humberto; ESTRAMANHO, Rodrigo. Educação política no Brasil: desafios aos 30 anos de democracia. *Conexão Política*, v. 4, n. 1, 2015b. DOI: <https://doi.org/10.26694/rcp.issn.2317-3254.v4e1.2015.p%25p>
13. DANTAS, Humberto; LAMARI, Roberto. A relação de jovens do ensino médio com a política: análises a partir de grupos de estudantes de escolas públicas de São Paulo-SP e Itapevi-SP. *Revista do Legislativo Paranaense*, n. 3, 2019. Disponível em: <http://revista.alep.pr.gov.br/index.php/escolalegislativo/article/view/76>. Acesso em: 19 jul. 2023.
14. DANTAS, Humberto; NASCIMENTO, Alessandra; SILVA, Bruno. Mapeando o que os jovens pensam sobre a política: as experiências formativas de Araraquara (SP) e Suzano (SP). *Cadernos da Escola do Legislativo*, v. 8, n. 29, 2016. Disponível em: <https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/seer/index.php/cadernos-ele/article/view/113>. Acesso em: 19 jul. 2023.
15. DANTAS, Humberto *et al.* Educação Política, democracia e demanda jovem: a visão de estudantes de ensino médio sobre a política. *Revista E-Legis*, v. 12, n. 30, 2019. DOI: <https://doi.org/10.51206/e-legis.v12i30.518>

16. ESTRAMANHO, Rodrigo. Pensamento, cultura e educação política no Brasil: algumas reflexões e propostas. *Cadernos Adenauer*, v. 17, n. 1, 2016. Disponível em: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=304ea079-726e-1e70-8505-7d68fff495a0&groupId=265553. Acesso em: 19 jul. 2023.
17. FERNANDEZ, Michelle; TESTA, Graziella. O IDL em perspectiva comparada: Possibilidades e limites da medição da democracia a nível local e nacional. In: MORAES SILVA, Diego; DANTAS, Humberto (Orgs.). *Índice de democracia local: estudos a partir da experiência de São Paulo*. Curitiba: Instituto Atuação, 2021. p. 203-217.
18. FORLINI, Danilo. *Construindo caminhos para a educação política: a percepção dos alunos como um meio para pensar a educação para a democracia*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2015.
19. FREIRE, Myla. Abordagens teóricas relevantes para o estudo da educação política. *Revista Parlamento e Sociedade*, v. 6, n. 11, p. 48-64, 2018. Disponível em: <https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/article/view/145>. Acesso em: 19 jul. 2023.
20. FUKS, Mario. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. *Opinião Pública*, v. 18, n. 1, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762012000100005>
21. GONZÁLEZ, Rodrigo; MORAIS, Jennifer; BERNARDI, Ana Julia. O novo ovo da serpente: emergência de valores antidemocráticos na juventude do Sul do Brasil. In: ENCONTRO DA ABCP, 12., 2020, João Pessoa. *Anais do XII Encontro da ABCP*. João Pessoa, 2020.
22. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas. Brasília: INEP, 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf. Acesso em: 19 jul. 2023.
23. JARDIM, Luiza. O que se entende por educação política no Brasil? *Revista Parlamento e Sociedade*, v. 6, n. 11, p. 33-45, 2018. Disponível em: <https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/article/view/144>. Acesso em: 19 jul. 2023.
24. MARTINS JUNIOR, José Paulo; DANTAS, Humberto. O Índice de Participação e a importância da educação. *Revista Opinião Pública*, v. 10, n. 2, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762004000200005>
25. NETO, Lira. *Getúlio: 1930-1945*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
26. PEDREIRA, Beatriz. Sonhos da juventude brasileira: a política além do voto. *Cadernos Adenauer*, v. 16, n. 1, 2015.
27. PELLANDA, Andressa. Potencialidades e limitações da educação política no currículo escolar brasileiro: um resgate histórico e uma análise de contexto. *Cadernos Adenauer*, v. 17, n. 1, 2016.
28. RESENDE, João Francisco. Educação escolar, hábitos e atitudes políticas: considerações sobre a experiência brasileira. *Cadernos Adenauer*, v. 11, n. 3, p. 37-53, 2010. Disponível em: https://acervo-digital.espm.br/clipping/20101022/educacao_escolar_habitos_e_atitudes_politicas-6.pdf. Acesso em: 19 jul. 2023.
29. RIBEIRO, Vera. Apresentação. In: AÇÃO EDUCATIVA. *A ideologia do Movimento Escola sem Partido*. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

30. SANTOS, Alexsandro. Uma promessa não cumprida da democracia: fragmentos para uma história da educação política na escola básica brasileira. In: DANTAS, Humberto; LUZ, Joyce (Coords.). *Ciência política e políticas de educação*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2021. p. 169-184.
31. SANTOS, Alexsandro. A escola básica e a educação política para a cidadania: provocações para um debate necessário. *Revista Parlamento e Sociedade*, v. 6, n. 11, p. 17-31, 2018. Disponível em: <https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/article/view/143>. Acesso em: 19 jul. 2023.
32. SANTOS, Alexsandro. *Pátria, nação e povo brasileiro na produção didática de Manoel Bomfim e Olavo Bilac: Livro de Leitura (1899) e Atravez do Brasil (1910)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
33. SCHULZ, Wolfram *et al.* *Becoming citizens in a changing world: IEA International Civic and Citizenship Education Study 2016*. International Report. Amsterdam: IEA, 2018.
34. ZORZI, Felipe. Educação e desigualdade: socialização política comparada em escolas públicas e privadas. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil*. Porto Alegre: Escritos, 2018. p. 135-164.

Submissão em: 28 jun. 2023.

Aceito em: 08 jul. 2023.



